

Voo de águia ou de galinha?

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Por Marcus Pestana Em 17 jul, 2021 - 8:00 Última Atualização 16 jul, 2021 - 14:27. Certa vez um grande líder político, observando a crise da socialdemocracia alemã no início do século 20 e o papel de Rosa Luxemburgo, comentou: “As águias podem momentaneamente voar abaixo das galinhas, as galinhas, porém, jamais alcançarão a altura do voo das águias”. O crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Isto depende de muitas variáveis: recursos naturais, recursos humanos qualificados, capacidade empresarial, qualidade na educação, integração com as cadeias produtivas globais, ambiente inovador, estabilidade institucional. A política econômica pode muito, mas não pode tudo. O Estado, a partir dos anos de 1930, assumiu grande protagonismo no Brasil e no mundo. E seu papel se expressa através da política econômica combinando ferramentas fiscais, monetárias, creditícias e cambiais. O Brasil teve, a partir dos anos 30, o maior crescimento entre todos os países do mundo. Até a crise de 1979, quando houve o segundo choque do petróleo e a crise da dívida externa levando à moratória. A partir daí mergulhamos na “armadilha do baixo crescimento”, o já tristemente famoso “voo de galinha”. Leia mais A política econômica persegue três objetivos essenciais: i. crescimento econômico, tentando potencializar a criação de riqueza e a expansão do PIB ; ii. a estabilidade macroeconômica, com inflação sob controle e equilíbrio cambial e nas contas externas; e, iii. a redistribuição de renda, para que haja justiça social. O Brasil enfrentou crises permanentes inflacionárias e de Balanço de Pagamentos e recessões contínuas, inibindo o crescimento. De 2011 a 2020, tivemos mais uma “década perdida” com as recessões do governo Dilma e agora, da pandemia. A renda por habitante teve um crescimento negativo de 0,6% por ano em média, ou seja, empobrecemos. A concentração de renda piorou no primeiro ano da pandemia segundo estudo da FGV/Social. A inflação, domada pelo Plano Real, se assanhou em 2021 e ameaça sair de controle. No front externo, o câmbio flutuante tem assegurado estabilidade, mas nunca se sabe o que ocorreria se houver uma crise de confiança sobre a capacidade do país honrar sua dívida. As reservas costumam, neste caso, virar pó em poucas semanas. A taxa de juros, que alcançou seus menores patamares recentemente, voltou a subir. O PIB brasileiro teve uma queda de 4,1% em 2020, pior resultado da série e a recuperação esboçada é ainda frágil. A situação fiscal do setor público é grave e um grande entrave ao crescimento, aliviada, em 2020 e 2021, pelo endividamento autorizado para financiar o chamado “orçamento de guerra” no enfrentamento à pandemia e as transferências de renda e receitas ocorridas e pelos efeitos do novo boom das commodities e pelo impacto da inflação nas finanças públicas. O Brasil precisa urgentemente de um governo que garanta reformas profundas no quadro fiscal, na competitividade da economia, no estímulo ao desenvolvimento tecnológico, no sistema tributário e de um ambiente de confiança no país para estimular investimentos. Só um novo governo com uma agenda que combine um novo modelo de crescimento eficiente e inclusivo comprometido com o desenvolvimento sustentável, com a reforma do Estado e com o combate às iniquidades sociais, pode nos acenar de forma duradoura com algo parecido com o “voo das águias”. O texto acima expressa a visão de quem o assina, não necessariamente do Congresso em Foco. Se você quer publicar algo sobre o mesmo tema, mas com um diferente ponto de vista, envie sua sugestão de texto para

